

MPT confirma recebimento de ofícios do Sindsprev sobre mudanças no protocolo do INSS em relação à Covid-19

Foto: Fábio Pozeboim/Agência Brasil



Após o Sindsprev-PE formalizar duas denúncias no Ministério Público do Trabalho (MPT), requerendo que o órgão tomasse providências em relação a mudanças no protocolo do INSS para convivência com a Covid-19, a procuradora-chefe Dra Ana Carolina Lima Viera Ribemboim informou que os documentos foram recebidos e distribuídos para a procuradora do trabalho Dra. Janine Rego de Miranda.

A solicitação foi feita após pelo menos quatro agências do INSS no interior de Pernambuco terem o atendi-

mento suspenso por alguns dias, devido ao alto número de servidores e terceirizados doentes. Em outras APS's do estado, como em Caruaru, no Recife e região metropolitana, os atendimentos tiveram que ser reduzidos pela quantidade de servidores afastados após testarem positivo para Covid-19.

No primeiro ofício, nós requeremos que o MPT obrigue o INSS em Pernambuco a incluir em seu protocolo a exigência do certificado de vacina para acesso às agências de previdência social, tal como determina o Decreto

51.749, de 29 de outubro de 2021.

O INSS não vem exigindo o certificado de vacina na entrada das agências, colocando em risco a saúde dos trabalhadores do órgão. Além disso, muitas pessoas que frequentam as agências têm algum problema de saúde e se deslocam até elas porque precisam fazer algum tipo de procedimento, como perícia médica, e as agências do INSS não podem ser mais um espaço de contaminação.

No segundo documento, o Sindsprev-PE requereu que o MPT recomendasse ao INSS a testagem obrigatória em todos os funcionários da agência, caso algum servidor teste positivo, além de realizar a sanitização adequada do ambiente.

Até o momento, o INSS não vem cumprindo as normas sanitárias ou realizando o fechamento da agência para higienização nos casos de contágio da Covid-19,

colocando em risco a vida dos segurados e dos profissionais, que realizam milhares de atendimento diaria-

mente e estão expostos ao alto risco de contaminação.

Nos casos de contaminação dos servidores e terceirizados, solicitamos que o MPT recomende ao INSS o fechamento da agência até a total higienização para retorno do atendimento, a fim de evitar a propagação do contágio dos servidores e segurados.

O Sindsprev-PE ainda encaminhado ofício ao superintendente regional do INSS, Marcos de Brito, reforçando a solicitação no cumprimento dos protocolos já estabelecidos pelo INSS, como a garantia da sanitização dos ambientes de trabalhos que tiverem afastamento de servidores ou terceirizados por contaminação da COVID-19.

E pedimos que todos os servidores e terceirizados fossem testados em caso de adoecimento de pessoas do local de trabalho, bem como que a superintendência regional siga os protocolos do governo de Pernambuco e passe a exigir o cartão de vacina para acesso às agências de previdência social.

BC: veja se você tem algum dinheiro perdido- PÁG 2



Foto: Banco de Imagens

Bolsonaro e Putin abala relações com EUA- PÁG 4



Foto: Alan Santos/PR

Banco Central libera consulta de valores a receber de instituições financeiras

Uma cifra milionária de cerca de R\$ 8 bilhões está parada em instituições financeiras de todo o país, esperando ser sacada. Esse dinheiro pertence a clientes, mas muitas pessoas ou empresas nem sequer sabem que possuem esses recursos.

Para resolver essa situação, o BC passou a disponibilizar uma consulta, a qualquer cidadão, para verificar possíveis valores a receber de instituições financeiras. O serviço é disponibilizado por um site exclusivo e foi liberado na semana passada.

Para verificar ou solicitar os valores, o cidadão precisa acessar o sistema valoresareceber.bcb.gov.br e informar o CPF e data de nascimento, para pessoa física, e o CNPJ e data de abertura da empresa para pessoa jurídica.

Caso tenha valores a receber, no momento da consulta o sistema informa a data e o período para consultar novamente o valor e solicitar o resgate do saldo existente. As datas serão agendadas de acordo com o ano de nascimento da pessoa ou da criação da empresa. Para quem nasceu ou abriu empresa antes de 1968, o período de agendamento para consulta do valor e resgate será de 7 a 11 de março. Já para aqueles entre 1968 e 1983, o agen-

damento será entre 14 e 18 de março. Por fim, para quem nasceu ou criou empresa depois de 1983, poderá agendar o resgate entre 21 e 25 de março. Para quem perder essas datas, haverá um período de repescagem um dia depois do fim do prazo.

Um dos requisitos para solicitar o resgate é ter cadastro no sistema Gov.br, plataforma do Governo Federal que centraliza centenas de serviços pela internet. O cliente deverá informar uma chave Pix da sua conta na instituição financeira. Nos casos em que a instituição financeira não tenha aderido a um termo específico com o Banco Central,

será preciso informar os dados de contato no sistema e o meio de pagamento ou de transferência.

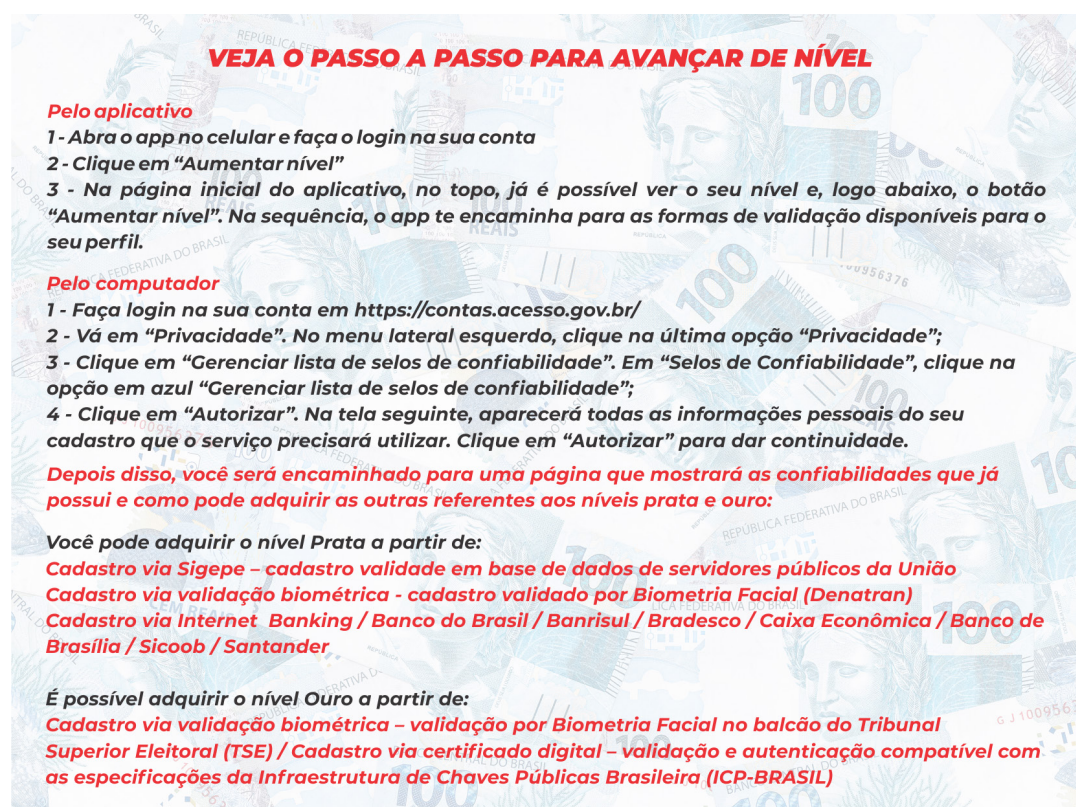
A liberação das consultas e resgates será feita por fases. De acordo com o BCL, o valor total estimado para a fase 1 é de R\$ 4 bilhões para pessoas físicas e jurídicas. Os valores solicitados por usuários que indicaram a chave Pix devem ser devolvidos pelas instituições em até 12 dias úteis.

Aqueles que tiverem valores a receber no momento da consulta podem confirmar o montante e solicitar a sua transferência a partir do dia 7 de março. Caso tenha valores a receber, o usuário con-

seguirá saber a data e o período para consultar e solicitar o resgate do saldo existente.

Depois, o cliente deve voltar ao site valoresareceber.bcb.gov.br na data e período informados e use seu login Gov.br para acessar o sistema, consultar e solicitar o resgate do saldo existente.

Para resgatar os valores, primeiro o usuário deve se cadastrar no site ou app Gov.br. A conta Gov.br tem três níveis de segurança: bronze, prata e ouro. Será necessário ter nível prata ou ouro para consultar e solicitar os recursos. O nível bronze será criado no momento da abertura da conta no canal Gov.br.



VEJA O PASSO A PASSO PARA AVANÇAR DE NÍVEL

Pelo aplicativo

- 1 - Abra o app no celular e faça o login na sua conta
- 2 - Clique em "Aumentar nível"
- 3 - Na página inicial do aplicativo, no topo, já é possível ver o seu nível e, logo abaixo, o botão "Aumentar nível". Na sequência, o app te encaminha para as formas de validação disponíveis para o seu perfil.

Pelo computador

- 1 - Faça login na sua conta em <https://contas.acesso.gov.br/>
- 2 - Vá em "Privacidade". No menu lateral esquerdo, clique na última opção "Privacidade";
- 3 - Clique em "Gerenciar lista de selos de confiabilidade". Em "Selos de Confiabilidade", clique na opção em azul "Gerenciar lista de selos de confiabilidade";
- 4 - Clique em "Autorizar". Na tela seguinte, aparecerá todas as informações pessoais do seu cadastro que o serviço precisará utilizar. Clique em "Autorizar" para dar continuidade.

Depois disso, você será encaminhado para uma página que mostrará as confiabilidades que já possui e como pode adquirir as outras referentes aos níveis prata e ouro:

Você pode adquirir o nível Prata a partir de:

- Cadastro via Sigepe – cadastro validade em base de dados de servidores públicos da União
- Cadastro via validação biométrica - cadastro validado por Biometria Facial (Denatran)
- Cadastro via Internet Banking / Banco do Brasil / Bradesco / Caixa Econômica / Banco de Brasília / Sicoob / Santander

É possível adquirir o nível Ouro a partir de:

- Cadastro via validação biométrica – validação por Biometria Facial no balcão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) / Cadastro via certificado digital – validação e autenticação compatível com as especificações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-BRASIL)

Foto: Banco de imagens

Expediente

INFORMATIVO EDITADO PELA SECRETARIA DE IMPRENSA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS
FEDERAIS EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Rua Marques de Amorim, 174, Boa Vista, Recife-PE.
CEP 50070-335.
Fone: (81) 2127-8333.
Site: www.sindsprev.org.br
E-mail: siprevpe@uol.com.br

Coordenação Geral: Luiz Eustáquio
Secretaria Geral: Irineu Messias
Secretaria de Imprensa e Comunicação: Silvaneide Márcia

Jornalista Responsável e Edição: Marthiene Oliveira e Rosália Vasconcelos
Textos: Marthiene Oliveira e Rosália Vasconcelos
Projeto Gráfico e Diagramação: Daniele Cardoso

Federações CUTistas questionam no STF uso do Disque 100 para perseguição política

“Conceitos de direitos humanos vêm sendo subvertidos de forma a permitir a execução de uma política de vigilância, perseguição, discriminação e repressão, sobretudo nos campos da Educação e da Saúde”. É isso o que afirma uma ação no STF, protocolada na última semana pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde (CNTS) em articulação com ativistas e operadores de direito que atuam na defesa dos direitos humanos.

A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 942 aponta que o governo federal vem usando o Disque 100 - canal de denúncias de violações de direitos humanos - para constranger profissionais de educação, profissionais de saúde, demais cidadãos e instituições com perspectivas dife-

rentes as do governo federal em questões como vacinação, identidade de gênero e orientação sexual.

Criado em 1997 como iniciativa de organizações da sociedade civil, o Disque 100 é um serviço público vinculado ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MM-FDH) que tem a função de receber, analisar e encaminhar denúncias de violações de direitos. Além disso, a sistematização das denúncias recebidas é um instrumento para que gestores públicos, sociedade civil e pesquisadores possam monitorar a situação dos direitos humanos no país.

No entanto, o canal foi reformulado no governo Bolsonaro. Uma das mudanças foi a inclusão da expressão “ideologia de gênero” como motivação para violação de direitos humanos, como forma de estimular denúncias contra profissionais de educação

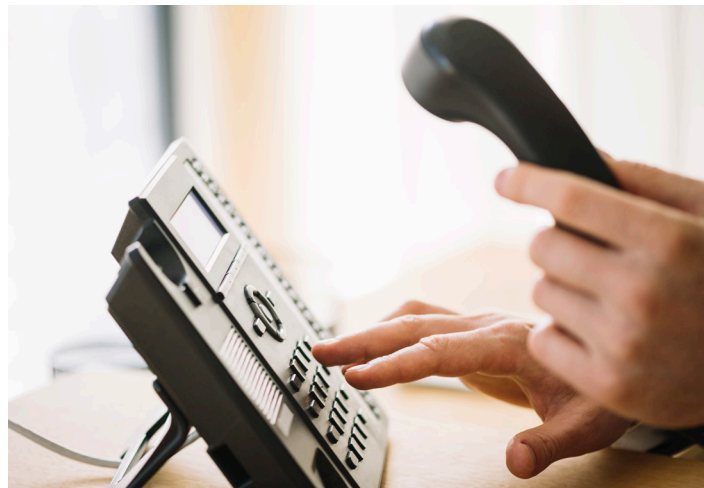


Foto: Banco de imagens

que abordem a questão nas escolas.

Em decisões recentes, o STF considerou inconstitucionais leis municipais e estaduais que proibiam a abordagem de conteúdos ligados a gênero e sexualidade nas escolas, que se apoiavam na categoria “ideologia de gênero”.

O STF também determinou ser dever do Estado abordar a igualdade de gênero na escola como forma de prevenir a violência doméstica e o abuso sexual de menores. Discurso

criado nos anos 1990 por setores conservadores, a chamada “ideologia de gênero” se constituiu em resposta reacionária contra o avanço dos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+ no plano internacional.

Uma das preocupações das entidades proponentes da ADPF é com o acionamento de órgãos policiais a partir das informações recebidas pelo Disque 100 contra profissionais de educação da saúde, algo que já tem acontecido.

Na vitrine da privatização, Eletrobras é o produto da vez

Na terça-feira, 15 de fevereiro, o Tribunal de Contas da União (TCU) deu aval aos valores da desestatização do sistema Eletrobras, conforme o governo de Jair Bolsonaro desejou. O resultado se deu mesmo após o ministro Vital do Rêgo, apontar “erros grosseiros” no modelo de venda. Um deles é o próprio valor proposto e aprovado, de R\$ 67 bilhões. Para o ministro, o valor de venda da companhia deveria ser duas vezes maior do que o previsto na transação, ou seja, no mínimo, R\$130 bilhões. Mesmo avalizado pelo TCU, o modelo de venda ainda está em análise.

Enquanto a discussão

ocorria, trabalhadores se manifestavam contra a privatização, do lado de fora do Tribunal. Uma carta aberta foi divulgada pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU-CUT) direcionada aos ministros do TCU. Quem não votou a favor foi a presidenta do tribunal, Ana Arraes e o também Antonio Anastasia, estreante no Tribunal.

Segundo Vital do Rêgo, é um erro crasso considerar apenas valores estimados de energia, excluído os de potência das usinas do sistema. O relator, Aroldo Cedraz, sugeriu apenas incluir uma recomendação no sentido de considerar a potência em novos contratos, argumentando que



Foto: Banco de imagens

não há ainda uma regra clara a esse respeito. “Recomendação é história pra inglês ver. Se não colocar determinação, e mantiver recomendação, pra mim não tem nenhum sentido”, contestou Rêgo. “Sepa-

rar (energia e potência) é fazer a festa da iniciativa privada”, disse quase ao final da sessão, encerrada às 19h07 pelo vice-presidente, Bruno Dantas. “Agora, o famoso mercado está com os olhos brilhando.”

Servidores da Educação básica têm reajuste de 33,24%

Foto: Marcelo Camargo - Agência Brasil



No dia 27 de janeiro a Secretaria de Comunicação Social do Ministério da Educação anunciou o novo valor do piso salarial dos professores da educação básica, que em 2022 será de R\$3.845,63, um aumento de 33,24% em relação ao de 2020, já que em 2021 o reajuste esteve congelado.

A partir dessa medida, todos os Estados, o DF e os municípios deverão atualizar o pagamento conforme piso nacional aos professores de forma retroativa a 1º de janeiro de 2022, conforme exarara a ação direta de inconstitucionalidade nº4848, do Supremo Tribunal Federal e em casos de desobediência

da Lei, os sindicatos devem acionar à justiça.

A conquista para trabalhadoras e trabalhadores da educação é fruto do empenho das Comissões de Educação e Cultura, das Frentes parlamentares de Educação, que se esforçam para fazer valer a vigência da Lei 11.738, contrariada pelo Go-

verno Federal, mas que produziu nota técnica a respeito de um direito fundamental que se mantém preservado na Emenda Constitucional nº108, que criou o FUNDEB permanente.

O reajuste para os professores da educação básica é agradável às entidades sindicalistas que estão na causa por reajuste no funcionalismo público, com servidoras e servidores com salários congelados há mais de cinco anos.

O Sindsprev se congratula com todos e continua na luta pelo direito dos trabalhadores da base, se unindo às outras entidades locais, em atos, mobilizações em redes sociais, panfletagem e articulações que pressionam o Governo em busca do reajuste salarial.

Aliança de Bolsonaro com Putin deixa Brasil em posição contrária à comunidade global, diz Biden

Apesar do Presidente Jair Bolsonaro (PL) minimizar as tensões entre a Rússia e a Ucrânia, esse atrito pode ter reflexo no Brasil.

Bolsonaro viajou para a Rússia na última sexta-feira (18) e fez aliança com Vladimir Putin, presidente do país europeu no momento em que a Rússia pretende invadir a Ucrânia com a crise que ela se encontra.

Para Joe Biden, presidente dos Estados Unidos, Bolsonaro mostrou que está contra a maioria da comunidade global, já que a solidariedade com a Ucrânia é assunto de solidariedade. "A vasta maioria da comunidade global está unida em uma visão compartilhada, de que invadir um outro país,



Foto: Alan Santos/PR

tentar tirar parte do seu território, e aterrorizar a população, certamente não está alinhado com valores globais e, então, acho que o Brasil parece estar do outro lado de onde está a maioria da comunidade global", afirmou o porta-voz de Biden, Jen Psaki.

Além disso, o conflito pode impactar o Brasil também em outras esferas, o preço do pão francês, por exemplo, pode ser elevado, já que os dois países são grandes produtores de trigo e representam 30% do mercado exportador, segundo o Departamento de

Agricultura dos Estados Unidos. Em um mundo globalizado, as mudanças de oferta do grão do trigo podem elevar os preços e refletir na cadeia em geral, chegando na padaria da esquina de cada brasileiro e alcançando a mesa das famílias do país.